

A reforma agrária na visão dos intelectuais da década de 1960

Andrius Estevam Noronha / PUC-RS - CNPq¹

Resumo: O presente trabalho é circunscrito à formação sociológica da estrutura agrária no Brasil dentro de uma perspectiva histórica com seus desdobramentos no campo político do século XX. Para um entendimento conceitual, será feita uma análise dos principais cientistas sociais da década de 60, ligeiramente anterior ao golpe militar de 1964, buscando entender as peculiaridades assinaladas pelos principais intelectuais que presenciaram os primeiros debates político sobre a reforma agrária no Brasil. Esse trabalho vai se deter nas análises de Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior, pela autoridade que os autores exercem na análise da formação da sociedade brasileira, bem como pelo seus posicionamentos em relação às reformas de base no período que antecedeu ao golpe que derrubou o governo João Goulart.

Palavras Chaves: Reforma agrária, Celso Furtado, Alberto Guimarães e Caio Prado Júnior.

Introdução

O presente trabalho tem como finalidade entender o debate intelectual da reforma agrária no Brasil nas vésperas da implantação da ditadura militar, tendo os autores Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior como estudo de caso. No primeiro capítulo, será analisado os quatro momentos intensivos da reforma agrária no século XX, período marcado pela crescente intensificação das lutas pela redistribuição de terra no mundo. Podemos afirmar que o século XX é o século da reforma agrária. Em termos globais, o tema nunca foi tão discutido e aplicado como nesse período e, com certeza, o aumento do fosso de desigualdades proporcionado pelo capitalismo, foi o grande incentivador dos movimentos de reforma agrária no mundo.

No segundo capítulo será feita uma análise de cada um dos três autores clássicos da reforma agrária no Brasil da década de 1960. Demanda que no período Colonial², o I e o II Reinado, República Velha, governo Vargas e praticamente todos os governos do período populista, com exceção de Goulart, não recebeu grandes contribuições de peso no campo intelectual brasileiro. Foi somente a partir de 1962 que setores da sociedade passaram a se

¹ Doutorando em História

² Ver: GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978. Capítulo 3, pp. 88-106.

2

organizar politicamente para lutar pela reforma agrária, emergindo com isso, como objeto de pesquisa entre os intelectuais brasileiros.

1 – Os quatro momentos intensivos da reforma agrária mundial no século XX

Argemiro Jacob Brum destaca que reforma agrária “é a intervenção deliberada do Estado nas bases do setor agrícola, para a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”³. Portanto, somente poderia ser aplicada por organismos legitimados legalmente⁴ e que tenham capacidade econômica e de violência organizada para levar a cabo esse processo. Essa instituição seria o Estado, não havendo, nas sociedades organizadas, outra instituição capaz de realizar a reforma agrária.

José Eli da Veiga analisa que, durante o século XX, a humanidade presenciou quatro períodos de intensidade da reforma agrária. O impacto da Revolução Russa foi extraordinário para o século XX, e com certeza, inspirou boa parte dos movimentos populares que lutam pela reforma agrária no mundo⁵.

O primeiro período de intensidade da reforma agrária foi marcado por duas Revoluções camponesas, a Mexicana, de 1910, e a Russa de 1917. Nessas duas revoluções as populações camponesas pegaram em armas e forçaram a distribuição de terras. A Mexicana não teve inspiração socialista e foi ganhando maturidade em diferentes momentos históricos. Desde a independência do México, vários movimentos camponeses foram se organizando em nível local lutando pela reforma agrária. Entre 1910 e 1917 o país foi sacudido por forças revolucionárias

3 BRUM, Argemiro Jacob. *A reforma agrária e política agrícola*. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988, p. 13.

4 De acordo com Perry Anderson, a reforma agrária, em termos conceituais, pode ser entendida como mecanismo de redistribuição de terra, pelo qual se modifica a estrutura agrária de uma determinada região, em algum momento histórico. A reforma agrária remonta à antiguidade clássica, quando Tibério Graco, da Roma Antiga, propôs democratizar a estrutura fundiária através de uma lei que limitasse o tamanho das propriedades rurais dos patrícios. A experiência romana foi um fracasso, pois não houve participação das classes subalternas. A proposta de Graco era elitista e não previa uma reforma mais profunda na sociedade escravista da Roma antiga. Durante o período medieval, a questão da terra na Europa oscilava entre as guerras dos senhores feudais. Ver: ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

5 VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária?* 14a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

3

lideradas por Zapata e Pancho, porém o movimento não tinha unidade central, o que dificultou a solidificação da reforma agrária⁶.

O segundo período foi marcado pela conjuntura da vitória das forças aliadas contra o Nazismo. No Leste Europeu, à medida que o Exército Vermelho empurrava as tropas de Hitler, os comunistas assumiam o poder e implantavam uma nova estrutura agrária, bem mais democrática do que antes da guerra. Apesar do centralismo ditatorial do Partido Comunista da URSS, o Leste Europeu modificou profundamente sua estrutura fundiária. Uma outra reforma agrária de impacto no mesmo período foi realizado na Itália, principalmente na região central⁷. No extremo oriente destacam-se duas importantes reformas realizadas de maneira bem peculiar e bastante complexa. A primeira realizada pelo Japão, logo após o término da Segunda Guerra, simplesmente se limitou em três hectare as propriedades agrícolas daquele país⁸. A outra, de grande impacto, foi realizada na China em 1949, com a Revolução Comunista liderada pelos Maoístas, que estabeleceu uma política ofensiva nos latifúndios oligárquicos.

O terceiro período foi marcado, especialmente, pelas guerras de libertação nacional dos povos da Ásia e da África. A reforma agrária ganha dimensões globais nesse período, apesar do reconhecimento de Veiga (1998) de que esses movimentos não deram conta da necessidade global de erradicação das propriedades ociosas. Na Ásia, destaca-se o movimento de Independência vietnamita que confiscou terras e as distribuiu entre os camponeses. No Oriente Médio, Iraque, Síria e Irã realizam suas reformas agrárias de maneira tímida; na Índia ela foi

6 A Revolução Russa de 1917, ao contrário da Revolução Mexicana, possuía uma direção nacional e estava determinada a uma reforma agrária mais radical e profunda. O lema “Pão, Paz e Terra”, formulado pelos bolcheviques, alcançou hegemonicamente todos os Soviets (comitês de soldados, camponeses e operários), rompendo com a tradição clássica do marxismo, pois os próprios camponeses na Rússia foram realizando a reforma agrária. Esse processo foi interrompido pela coletivização forçada, liderada por Stálin, através dos planos quinquenais. Sobre o assunto ver: KONDER, Leandro, *O Marxismo na batalha das idéias*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

7 Embora na parte sul ainda predominasse uma concentração fundiária, o movimento camponês Italiano estava fortemente influenciado pelo Partido Comunista. Em relação ao estudo da reforma agrária na Itália ver: INSOR-CNEL. *Capitale umano stratificazione sociale nell’italia agricola: L’agricoltura italiana tra passato e futur.*, Roma. 2004.

8 O processo foi realizado pelas classes dominantes japonesas que tomaram consciência da necessidade de haver uma distribuição mais democrática da terra. Sobre reforma agrária no Japão ver: HAYAMI, Yujiro, RUTAN, Vernon. *Desenvolvimento Agrícola; Teoria e Experiências Internacionais*. Brasília, EMBRAPA, 1988.

4

realizada sem mudar a estrutura social de castas, o que provocou a reconcentração de terra em várias regiões, a provável causa do índice de miséria de 70% do povo indiano. Na África as guerras de libertação da Argélia, da Tunísia e Marrocos foram acompanhadas por políticas de redistribuição de terra, pois vários proprietários tiveram que deixar suas terras por serem de origem francesa e, por não terem apoiado os movimentos de independência. Angola e Moçambique receberam apoio técnico e logístico de Cuba, nas décadas de 60 e 70, mas mergulharam em violentas guerras civis que desestruturaram o ordenamento rural, provocando fome e miséria. Nos países do Sul, destaca-se a África do Sul que manteve a concentração de terras, muito semelhante à América Latina, ocupadas pelas elites minoritárias brancas, que detinham o controle de grandes fazendas – muitas delas improdutivas. Os negros foram empurrados para as piores terras. Nem mesmo a luta contra o apartheid e a eleição do líder negro Nelson Mandela foram suficientes para reverter esse processo.

O quarto período foi marcado pela conjuntura da década de 60 e 70, atingiu principalmente a América Latina, sob influência da Revolução Cubana. Também é marca desse processo o auge da Revolução Verde, implementada por empresas dos Estados Unidos em todos os continentes. Os movimentos camponeses do México não influenciaram diretamente seus companheiros latino-americanos, mas a Revolução Cubana provocou um efeito contagiante em todo o continente: El Salvador, Colômbia, Brasil, Bolívia, Chile⁹, Peru, Paraguai e Uruguai tiveram movimentos de inspiração guevarista. Os golpes militares que se seguiram à Revolução Cubana, atingiram profundamente o continente latino americano e fizeram retroceder o ímpeto inicial idealizado por políticos de esquerda e populista. Havia o medo, gerado pela Revolução Socialista, de que os movimentos de reforma agrária pudessem se expandir para toda América Latina.

2 – Os intelectuais e a reforma agrária no Brasil dos anos 60.

9 O governo do socialista Salvador Allende no Chile, que desapropriou terras improdutivas e distribuiu entre os camponeses, mas foi interrompido pelo golpe militar patrocinado pelas elites. O caso Chileno merece destaque porque estava sendo aplicado dentro das regras democráticas, começando timidamente ainda no governo Social-Cristão anterior ao de Allende. Ver: KAY, Cristóbal. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. *Sociologia*. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 220-248.

Nesse capítulo será sintetizado a bibliografia e os posicionamentos político e intelectual dos principais autores que vivenciaram a década de 1960 e que tratam da temática da reforma agrária. Foram eles que lançaram as discussões acadêmicas sobre reforma agrária no período ligeiramente anterior ao golpe militar e suas produções foram influenciadas principalmente pelos seus posicionamentos políticos. Nesse artigo foram selecionadas três autoridades científicas da academia brasileira: Celso Furtado, que embasa toda a essência do desenvolvimentismo da CEPAL¹⁰; Alberto Passos Guimarães, que introduz elementos da ação política e popular para a reforma agrária; e Caio Prado Junior, que tenta enquadrar teoricamente a reforma agrária dentro de um processo etapista na História do Brasil.

2.1 – Celso Furtado

A análise de Celso Furtado foca as causas do subdesenvolvimento. Sua raiz keynesiana fica evidente na sua proposta de política de desenvolvimento de longo prazo, que procurou aplicar quando fez parte do governo João Goulart. Para o autor as condições de aplicabilidade desse projeto, dependem do ordenamento estrutural das bases produtivas da sociedade, como a democratização do acesso à educação, terra, saúde e direitos sociais.

A criação da CEPAL em 1948 nos remete a um primeiro rompimento com as teorias clássicas do comércio internacional em que esse organismo defende a tese da industrialização nacional como mecanismo para se chegar ao desenvolvimento. Isso levaria naturalmente a um primeiro embate com o capital estrangeiro, que se encontra presente no contexto latino-americano havia muito tempo. Vale destacar que o período de criação da CEPAL coincide num momento particular da política econômica da América Latina em que a substituição de importações já havia dado bases concretas para a industrialização do continente. Além disso, se estandardiza a idéia de que a descolonização estaria associada ao desenvolvimento industrial numa conjuntura de superação das décadas de crises (1914-1945).

O segundo rompimento da CEPAL foi marcado com a Revolução Cubana que coloca em crise o pensamento desenvolvimentista. O processo cubano trouxe, sem dúvidas, uma agenda mais dinâmica sobre os temas das reformas no teatro político da América Latina. Um dos

¹⁰ Comissão Econômica para a América Latina.

6

resultados desse processo foi o surgimento da “Aliança para o Progresso”, um claro engajamento de reformas sociais e econômicas para a América Latina desenvolvida pela política externa dos EUA como resposta a Revolução Cubana. A grande questão levantada por Jaime Osório¹¹ é que a política exterior dos EUA passa a atuar juntamente com a CEPAL, colocando o órgão em projetos de duvidosa legitimidade.

A influência de Furtado no ideário desenvolvimentista da CEPAL fica evidenciado ao comparar a formação norte-americana do Brasil. Segundo o autor esse último privilegia em primeiro lugar, a grande propriedade, segundo, a produção da monocultura para exportação e, terceiro, a utilização da mão de obra escrava. São esses três elementos que cortam horizontalmente a sociedade brasileira, conforme a tese dos economistas que analisam a dependência econômica do Brasil. Ao deslocarmos nossa análise para o desenvolvimento econômico dos EUA comparado ao Brasil, percebemos os caminhos diferentes que essas duas nações percorreram em relação à democratização do acesso a terra.

Isso pode ser percebido em países desenvolvidos com certo equilíbrio nas relações de poder entre classes sociais decorrentes de sua formação sócio-histórica, ao contrário dos países subdesenvolvidos, como os latino-americanos, que precisam resolver esse problema antes de aplicar um projeto semelhante ao que ocorria na Europa Pós-II Guerra:

... a mudança da estrutura agrária como simples decorrência do avanço tecnológico e da capitalização da agricultura é teoricamente possível; entretanto, a própria absorção de técnica e capital pela agricultura pode ser dificultada pela estrutura agrária, a qual não constitui fenômeno superficial, pois tem suas raízes no sistema de poder predominante na sociedade (...). A técnica corrente de projeções, base da política de desenvolvimento em longo prazo, que vem sendo adotada em vários países, ignora a maior parte dos obstáculos estruturais que são específicos do subdesenvolvimento¹².

Terminada a II Guerra, os países ocidentais passaram a aplicar projetos estruturais com forte influência da doutrina econômica keynesiana, baseada na forte participação do Estado nas áreas estratégicas da economia e com eficiente política social. Quando fez parte do governo de João Goulart, Celso Furtado assimilou com bastante clareza essa peculiaridade existente no

11 OSÓRIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar Reproducción del capital y dependencia*. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

7

projeto estilo Welfare State num país de capitalismo central como na França ou Inglaterra, e procurou criar um projeto de desenvolvimento semelhante para países como os da América Latina. As reformas de base também entram na discussão de Celso Furtado. Para ele a sociedade precisa qualitativamente transformar sua estrutura de relações de poder entre as classes sociais, antes de aplicar um projeto de longo prazo:

Em meados dos anos 50, Celso Furtado interpelava o paradigma da modernização para teorizar – fecundando o ideário cepaliano – a particularidade da formação social brasileira, como se sabe, traduzindo em terras latino-americanas Keynes e a utopia do Welfare State. Fruto da junção entre economia e história, o desenvolvimentismo proposto consistia num projeto de afirmação da nacionalidade sem o naturalismo neoclássico¹³.

Celso Furtado foi bastante influenciado por Karl Mannheim que defende a tese da “vontade política unificada”, mediante uma complexa organização para o “planejamento democrático”, teses que embasam o nacional-desenvolvimentismo. Quando esteve no governo parlamentarista de João Goulart, Celso Furtado arquitetou o plano econômico conhecido como Trienal, uma proposta que visava enquadrar o Brasil dentro de um cenário de confiabilidade interna e externa, visto que o processo de renúncia de Jânio, golpe e contra golpe em 1961 deixou a comunidade internacional, especialmente os EUA, desconfiados em relação às instituições democráticas do Brasil.

O plano proposto por Furtado possuía vários elementos neoliberais, como a contenção de gastos e um combate ortodoxo à inflação, políticas essas que não foram vistas pelos setores populares da sociedade. Pois esse projeto reduzia o poder de compra da classe trabalhadora que se organizava progressivamente e era uma das principais bases de apoio do governo. Furtado deixou o governo em julho de 1963, quando o país já entrava em conjuntura pré-revolucionária, e a política de contenção já não possuía aplicabilidade diante das pressões populares.

2.2 – Alberto Passos Guimarães

No seu livro “Quatro séculos de latifúndio”, Guimarães é visivelmente contagiado pelo período ligeiramente anterior ao golpe militar, quando o Brasil vivia numa crescente participação

12 FURTADO, Celso. *Celso Furtado: Economia*. Organizador [da coletânea] Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais; nº 33), p. 147.

13 SANTOS, R. e COSTA, Luiz F. C. *Camponeses e política no pré-64*. IN: COSTA, Luiz F. C. e SANTOS, Raimundo (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 13.

8

política das classes populares, através das ligas camponesas e do movimento pelas reformas de base. No prefácio da primeira edição, em outubro de 1963, ele deixa claro: “Restringimo-nos, neste trabalho, à apreciação de determinados aspectos que nos parecem marcantes da formação, apogeu e declínio do latifúndio no Brasil”¹⁴.

Guimarães destaca que o latifúndio e o Brasil nasceram praticamente juntos. A implantação das capitâneas hereditárias e a concessão de terras para os amigos da Coroa Portuguesa está inserida na forma de ocupação do território, juntamente com a herança cultural que moldou a estrutura sociológica e histórica, e favoreceu a manutenção de uma concentração de terra que pendura até os dias atuais.

O autor é bem otimista ao afirmar que o processo de desmantelamento do latifúndio no Brasil estava ocorrendo nos anos que antecederam o golpe militar. Sua obra traça toda uma perspectiva histórica da evolução da estrutura fundiária brasileira, apontando para a possibilidade de um triunfo das classes populares. O autor analisa, com bastante clareza e profundidade, o processo econômico e político da concentração de terras no Brasil, sob um prisma de forte orientação marxista e, como não poderia ter sido diferente para época, aborda com bastante competência, os mecanismos de reprodução social dos latifundiários nos quatro séculos de formação da oligarquia brasileira.

Ao latifúndio açucareiro, ao latifúndio cafeeiro, ao latifúndio cacaueteiro, incorpora-se agora o cada vez mais poderoso latifúndio pecuário. E todos eles reunidos, constituem o último reduto das sobrevivências coloniais e feudais que estrangulam o desenvolvimento da agricultura e da economia brasileira. Esse reduto tem sua base territorial nas regiões latifundiárias de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Alagoas, de onde também partem, não por acaso, os últimos estertores da desesperada e inútil resistência contra as reformas democráticas e contra o avanço inexorável da sociedade brasileira no rumo do progresso¹⁵.

Guimarães tomou parte dos debates calorosos que envolviam internamente a esquerda no período, principalmente o PCB. Nas análises de Costa e Santos, “O autor de Quatro séculos de latifúndio, digamos assim, introduz na discussão agrária a ‘grande política’, e aparece decidido a pôr em dúvida a subsunção do problema camponês a uma mera oposição a restos feudais num

14 GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 01.

15 Idem, p. 226.

9

país condenado à estagnação, como na tradição da Internacional Comunista”¹⁶. O autor rompe com a tradição comunista de revolução, liderada pela classe operária, ao propor a frente única com os camponeses e trabalhadores urbanos.

Os intelectuais de esquerda desse período tiveram forte influência do PCB, que estava numa difícil situação dentro da própria conjuntura histórica e de relações com o Partido Comunista Soviético. De um lado, havia setores do PCB que apostavam na unidade entre burguesia e proletariado urbano para empreender uma revolução democrática que acabasse com o poder do latifúndio; do outro, setores que já observavam uma nítida aproximação entre a burguesia e os latifundiários, e essa difícil discussão tinha que avançar sabendo-se que o PCB estava na ilegalidade. Com isso, Guimarães traça uma revisão ampliada do marxismo no qual o PCB redimensionava o seu referencial teórico e se distanciava cada vez mais da Internacional Comunista de Moscou.

Esse distanciamento não era por menos, pois os elementos que apontavam para a crise do campo teórico da CEPAL e das teorias etapistas do PCB foram redirecionados com o esgotamento do desenvolvimentismo somadas com o triunfo da Revolução Socialista em Cuba. Alberto Passos Guimarães destaca que a primeira ruptura do desenvolvimento da América Latina permitiu por em dúvida as teorias clássicas do comércio internacional, a segunda mostrou fissuras em suas fileiras que entraram em contradição com a primeira ruptura. Em 1962 foi criado o Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (ILPES) que terá uma visão multidisciplinar e maior autonomia em suas propostas de desenvolvimento do que a CEPAL.

Para Guimarães a Lei de terras de 1850 tinha sido o golpe de mestre do conservadorismo oligárquico da elite política brasileira, herança percebida posteriormente, na história e na formação sociológica do país. A concentração de terra gera a exclusão social e agudiza, de maneira cíclica, o fosso de desigualdades que permeia a sociedade brasileira, chamada pelos especialistas de “Capitalismo Selvagem”. A implantação da república em 1889 em nada mudou a estrutura fundiária no Brasil. Pelo contrário, as elites fundiárias aumentaram seu poder, principalmente os cafeicultores que nada perderam com o fim da escravidão.

16 SANTOS, R. e COSTA, Luiz F. C. *Camponeses e política no pré-64*. IN: COSTA, Luiz F. C. e SANTOS, Raimundo (org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 20.

2.3 – Caio Prado Júnior

Os escritos de Caio Prado Junior, em sua abordagem quanto a relação entre o nacionalismo e a reforma agrária, esclarecem a tese desenvolvimentista. Seus enfoques são fundamentais para a compreensão dos mecanismos necessários para o desenvolvimento e estão embasados por teóricos como Celso Furtado calcadas no tripé Estado, Indústria Nacional e Trabalhadores. Esse processo de modernização dá embasamento para a solidificação do Nacionalismo, defendido principalmente por setores ligados ao trabalhismo varguista, analisado assim por Moreira:

Sua força emocional, ideológica e política era incontestável e não por acaso Caio Prado Jr., sempre atento à realidade de seu tempo, disse contundente em 1955 que a "(...) campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha da abolição". A criação de inúmeras entidades formais e informais de cunho nacionalista entre políticos, militares, intelectuais, estudantes e trabalhadores apenas confirmava o diagnóstico de Caio Prado Jr.¹⁷

A principal obra de Caio Prado sobre reforma agrária foi “A questão agrária no Brasil”. Sua primeira edição ocorreu em 1979, justamente quando o governo militar entrava numa crise profunda, tanto política quanto econômica, além da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A coletânea de vários artigos que foram publicados pela Revista Brasileira, nos anos que precederem o golpe militar de 1964, nos traz profunda análise teórica sobre reforma agrária no Brasil.

Ele defende a tese historiográfica da feudalidade no processo de formação sociológica do Brasil na qual ele vai negar o caráter estrutural dos restos feudais que permeiam a sociedade brasileira. Para ele, o Brasil já havia alcançado um certo grau de maturidade e não cabia um processo de ruptura revolucionária para resolver o problema da concentração de terra no país e, sim, um sistema de tributação e nacionalização que favorecesse os trabalhadores rurais sem terra. Caio Prado afirma que a raiz da concentração de terra é o reflexo da formação econômica e da institucionalização da oligarquia agro-exportadora no aparelho do Estado brasileiro:

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza, segundo acabamos de ver, a generalidade da estrutura agrária

17 MOREIRA, Vânia M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de Hist.* vol.18 n.35, São Paulo 1998, p. 02.

brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso país constituíram sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que ocorrem, um empreendimento mercantil.¹⁸

O posicionamento político-intelectual de Caio Prado no processo de reformas de base foi de defender uma ação conjunta por parte das esquerdas, que o San Tiago Dantas, Ministro do Presidente João Goulart, tanto desejava. Prado criticava a ação radical e sectária de setores da esquerda que queriam levar o país a uma revolução socialista, o que, na visão do autor, não caberia naquele momento. Ele tinha ciente a necessidade de transformação da estrutura agrária, porém voltado para a modernização, através de uma legislação trabalhista eficiente e um programa de reforma agrária institucionalizado.

Durante os debates acadêmicos e políticos que antecederam o golpe de 1964, Caio Prado Junior critica a visão estreita da esquerda de não querer participar dos debates no Congresso Nacional sobre a criação de uma legislação trabalhista para os trabalhadores do campo, restringindo-se, segundo ele, à tese maoísta de cerco ao latifúndio. É certo que Prado defendia firmemente a reforma agrária, mas não nos moldes que o PCB estava tentando empreender, através de confiscos e desapropriações que gerariam, com toda a certeza, um conflito no país. Caio Prado faz uma análise realista e madura para o período, traça, teoricamente, toda uma análise sociológica, procurando enquadrar a reforma agrária dentro do debate da tese do nacional desenvolvimentismo.

As vésperas de 64, em um artigo publicado no último número da revista brasiliense, ele volta a se queixar das correntes de esquerda [não só do PCB] por elas continuarem insistindo quase unicamente no aspecto da reforma agrária da divisão de terras [...], com grande prejuízo da tarefa principal – impulsionar a grande força potencial de renovação da economia agrária.¹⁹

Conclusão

18 PRADO, Caio Jr. *A questão agrária no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981, p. 47-48.

19 SANTOS, Raimundo. *O agrarismo brasileiro na interpretação de Caio Prado Jr.* IN: COSTA, Luiz F. C. e SANTOS, Raimundo (org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 71.

12

O que esse trabalho procurou mostrar foi um panorama histórico global da reforma agrária, no século XX e a formação da estrutura fundiária brasileira junto com o posicionamento intelectual dos principais cientistas sociais brasileiros que defendiam a reforma agrária, durante a década de 1960. No panorama da reforma agrária no Brasil a posição dos intelectuais Celso Furtado, Alberto Guimarães e Caio Prado Junior, exerceu notória influência sobre os rumos que ela tomou na época. É consensual boa parte da bibliografia referente à reforma agrária na história, de que ela ganhou projeção no século XX, impulsionada pela Revolução Socialista na Rússia a partir de 1917, sendo a grande semente que motivou e estimulou os movimentos camponeses posteriores a lutarem pela democratização da terra em todo o mundo. Os quatro grandes movimentos de reforma agrária que o século XX presenciou, não foram suficientes para eliminar as terras ociosas e improdutivas do planeta.

No Brasil, a luta pela reforma agrária se inicia realmente na década de 1960. Desde sua formação, nunca houvera movimentos sociais e projetos políticos que tivessem como objetivo específico para reforma agrária. O período da ditadura militar pressionou duplamente a capacidade organizativa dos movimentos sociais: de um lado a repressão e do outro os projetos de colonização da Amazônia, empreendidas pelo governo federal.

A análise de Celso Furtado identifica elementos que apontam à necessidade de transformação qualitativa da estrutura social nas relações de poder nas classes sociais, tese que o próprio Caio Prado Júnior endossa no seu clássico *A questão agrária*. Ao focar especificamente a reforma agrária, a análise de Alberto Passos Guimarães coincide com o pensamento de Prado e Furtado, no quesito de distribuição de renda e terra. Os projetos de longo prazo teriam aplicabilidade mediante a transformação nas relações de poder entre capital e trabalho, tanto na cidade, quanto no campo.

Frente a essas questões podemos inferir que os projetos de reforma agrária que emergiram no pensamento intelectual brasileiro no início da década de 1960 estão embasados numa literatura a luz da conjuntura da época. A falência do projeto de reforma agrária de caráter institucional, proposta pelo Governo João Goulart; popular, engajada pelas ligas camponesas; intelectual, pelos autores citados acima foi articulado no sentido de garantir a supremacia da grande propriedade fundiária no Brasil, seqüelas que fazem presente mesmo depois da implantação da democracia.

Referências Bibliográfica

- BRUM, Argemiro Jacob. A reforma agrária e política agrícola. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988.
- COSTA, Luiz F. C. e SANTOS, Raimundo (org.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- FURTADO, Celso. Celso Furtado: Economia. Organizador [da coletânea] Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais; nº 33).
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAY, Cristóbal. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. *Sociologías*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 220-248. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 set. 2004.
- KONDER, Leandro, *O Marxismo na batalha das idéias*. RJ: Nova Fronteira, 1984.
- MOREIRA, Vânia M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.* vol.18 n.35, São Paulo 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 set. 2004.
- OSÓRIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar Reproducción del capital y dependencia*. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- PRADO, Caio Jr. A questão agrária no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.
- VEIGA, José Eli da. O que é reforma agrária. 14ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.